

PSICOLOGIA EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DO PODER

Carlena Souza Pelais

<https://lattes.cnpq.br/9085253167523446>

<https://orcid.org/0000-0002-8989-6178>

E-mail: caca25282121@hotmail.com

Dra. Jaqueline Mendes Bastos

<http://lattes.cnpq.br/7200475874198011>

<https://orcid.org.0000-0002-1265-9078>

E-mail: jaquelinebastos321@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3-07>

RESUMO: Este artigo resulta de pesquisa de mestrado em andamento. O objetivo deste é analisar a psicologia educacional como instrumento de poder, de modo que essa historicamente esteve atrelado às concepções da classe dominante. A metodologia seguiu as orientações da pesquisa bibliográfica, apoiados nos autores (a) Brigatti Natalino, Jacó-vilela (2024); Peretta (2018) e Sousa; Oliveira; Alves (2021), onde foram analisadas as principais literaturas sobre o assunto proposto. A psicologia educacional a partir da década de 70 vem se pautando numa postura mais ampla, considerando um currículo inter-relacionados com o contexto socioeconômico e político da sociedade. Conclui-se que ainda há muitos desafios para construir uma psicologia educacional que esteja voltada para os interesses educacionais da maioria da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Educacional. Poder. formação.

EDUCATIONAL PSYCHOLOGY AS AN INSTRUMENT FOR MAINTAINING POWER

ABSTRACT: This article is the result of ongoing master's research. Its objective is to analyze educational psychology as an instrument of power, as it has historically been tied to the conceptions of the ruling class. The methodology followed the guidelines of bibliographic research, supported by the authors (a) Brigatti Natalino, Jacó-vilela (2024); Peretta (2018) and Sousa; Oliveira; Alves (2021), where the main literature on the proposed topic was analyzed. Since the 1970s, educational psychology has adopted a broader approach, considering a curriculum interrelated with the socioeconomic and political context of society. It can be concluded that there are still many challenges to building an educational psychology that is focused on the educational interests of most of society.

KEYWORDS: Educational Psychology. Power. Training.

INTRODUÇÃO

A psicologia educacional é uma área do conhecimento fundamental para contribuir na formação de cidadãos críticos e conscientes de sua realidade, de modo que

esse conhecimento está relacionado diretamente com a vida dos indivíduos no contexto da sociedade. Compreender o contexto sócio-histórico do cidadão contribui para analisar a situação presente e projetar ações construtivas para o futuro. Compreender a psicologia educacional no contexto das políticas públicas educacionais, contribui para reconhecer as concepções que essa área do conhecimento vem se pautando, esse esclarecimento possibilita discutir ações em prol de uma psicologia educacional voltada para proporcionar interrelações com outras áreas do conhecimento em prol de uma formação comprometida com a justiça social para todos.

O texto está dividido em três partes, inicialmente a introdução, onde apresentamos o problema do estudo e o objetivo da pesquisa, acompanhado da metodologia. Em seguida, analisaremos a psicologia como objeto de poder, enfatizando que essa área do conhecimento historicamente esteve atrelada a uma concepção mercadológica, prevalecendo a classe detentora do poder econômico.

Na terceira parte, buscamos compreender a psicologia escolar e o ajuste dos indivíduos na sociedade, demonstrando que a psicologia já assumiu compromisso de ajustar os indivíduos nas condutas sociais, uma concepção que deposita no indivíduo as culpas pelos erros cometidos. Por fim, as considerações finais, onde apresentamos a síntese do estudo.

CONTEXTUALIZANDO A PSICOLOGIA

De acordo com Vilela (2024), para compreender a história da psicologia no Brasil, faz-se necessário entender a concepção socioeconômica e política no país antes do século XIX, de modo que é a partir desses séculos que essa ciência inicia sua constituição. Além disso, é importante analisar o modo de produção que prevalece na sociedade. Esses dois fatores são cruciais para esclarecer a formação de uma área do conhecimento de fundamental importância para a educação brasileira.

Ao olharmos para a história da psicologia que se desenvolveu no Brasil a partir do século XIX, vemos que é centrada na racionalidade científica, orientada pelo modo capitalista de produção, inicialmente eurocêntrica e depois estadunidense, que vê outros povos e seres humanos como objetos de estudo, ou seja, sobre os quais quem deve

falar é o olhar branco, masculino, de escolaridade alta, de camadas superiores da população (Vilela, 2024, p. 2).

É essa concepção de psicologia que ocupa os espaços da educação brasileira, uma proposta centralizada na classe que detém o poder econômico, de cor branca, com uma ideologia individualista, voltada para atender a elite do poder material do Brasil. Isso demonstra que a psicologia como área do conhecimento se propaga no país numa concepção fechada, conservadora e elitista. “É uma psicologia colonizada, própria dos países periféricos na produção do conhecimento e que só muito recentemente começam a valorizar suas próprias produções e como estas circulam pelos países ditos centrais” (Vilela, 2024, p. 2).

Neste sentido, a psicologia no Brasil, não é diferente da concepção de educação do período colonial, uma educação centralizadora, discriminatória, voltado para atender a classe burguesa. Os colonizadores, principalmente os portugueses, seguiram a mesma proposta de formação dos países centrais, como Portugal. Em outros termos, a educação brasileira é importada, junto vieram as ideologias de formação, de atender a classe privilegiada, detentora do poder econômico.

Como dito acima, o conhecimento psicológico desenvolvido nos séculos XVIII e XIX em países europeus como Alemanha, França, Inglaterra, Itália, e, posteriormente, nos Estados Unidos, começou a ser recebido, estudado e apropriado por médicos das recém-criadas faculdades de medicina, dentro do chamado “processo civilizatório” iniciado com a chegada de D. João VI à então colônia portuguesa em 1808 (Vilela, 2024, p. 2).

A vinda da família real para o Brasil possibilitou construir a sistematização da educação no país, assim como a formalização do ensino superior, como o curso de medicina. É no campo da medicina que a psicologia irá desenvolver, uma relação entre medicina e educação. Vale ressaltar que a psicologia nesse contexto está centrada numa concepção objetiva, atendendo os ditames das ciências naturais, matemática, física entre outras.

Na aproximação entre medicina e educação, a psicologia tornou-se ferramenta importante para a institucionalização da educação no país. Dessa forma, encontramos os testes sendo utilizados no Instituto de Educação, no Rio de Janeiro, uso que se apresenta em outras capitais por meio de profissionais de diversas formações acadêmicas que se dedicam à educação e se interessam pela psicologia (Vilela, 2024, p. 3).

Os testes psicológicos citados pela autora, referem-se aos testes psicotécnicos que, à época, encontravam-se em sua fase inicial, e segundo a mesma escritora, Jacó Vilala (2024), descreveu que a utilização dos testes laboratoriais, como um instrumento de medida para identificação de comportamento humanos, como de aprendizagem, de inteligência, demonstrava uma concepção de psicologia voltada para a objetividade, compreendendo os fenômenos da natureza como objeto que pode ser medido, mensurado, uma técnica muito utilizada por Wilhelm Wundt, também conhecido como o pai da psicologia moderna e um pesquisador da psicologia experimental, desenvolvido nos laboratórios.

Essas ponderações representavam uma psicologia fechada, conservadora, capaz de pesquisar os objetos de estudo sem considerar os elementos externos, como por exemplo, o contexto social. É essa estrutura de psicologia que se inicia no contexto da educação brasileira, centrada nos parâmetros laboratoriais, com testes fechados para compreender os comportamentos humanos. Uma psicologia voltada para atender os padrões internacionais, ao mesmo tempo uma classe detentora do conhecimento e poder material.

Importante salientar que na época, os alunos de baixo poder aquisitivo eram avaliados por meio desses testes que, em vez de servirem para apoiar seu desenvolvimento escolar, acabavam transferindo a ele responsabilidade pelo insucesso acadêmico, permanecendo assim a isenção da escola no que diz respeito ao aprendizado do educando. Nesta perspectiva, “Segundo os críticos, os testes psicológicos são, politicamente, os instrumentos ideais para a distribuição social das oportunidades educacional e vocacional - o homem certo no lugar certo - determinados pela ordem transcendental do QI” (Brigatti, Natalino, 1988, p. 3). Não há dúvida que a educação perde muito com essa proposta, de modo que impede os avanços na pesquisa no campo da psicologia, no sentido de aprimorar conhecimentos nesta área do conhecimento.

O desenvolvimento da psicologia no Brasil, acompanhou os ditames da gestão do modo de produção capitalista, de modo que as décadas de 20 e 30 estava se configurando no mundo o fordista, uma concepção de produção ancorado na rigidez, no trabalho forçado, da exploração humana. O fordismo é uma concepção de organização empresarial, pautado no trabalho árduo, na produção em larga escala, com a utilização de muitos trabalhadores sem conhecimento elevado da produção, mesmo porque essa

proposta de gestão não exigia trabalhador qualificado, bastava saber o básico na produção para manter-se empregado.

Também o mundo empresarial não demorou a perceber o alcance das possibilidades da psicologia. Esta utilização começou com a atuação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), dirigido por Roberto Mange (1885-1955), na Estrada de Ferro Sorocabana, em São Paulo, na década de 1920, e se consolidou definitivamente com o trabalho do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (ISOP/FGV), criado em 1947 e dirigido por Emilio Mira y López (1896-1964) de 1947 a 1964 (Vilela, 2024, p. 3).

Pode-se dizer que a psicologia se consolidou como disciplina a partir do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (ISOP/FGV), esse instituto ampliou o fortalecimento e ampliação da psicologia no Brasil, de modo que a partir do ISOP várias instituições começaram inserir nos cursos a psicologia, porém, vale mencionar que esse novo marco não apresentou novidade, visto que as estruturas da psicologia como disciplina objetiva, centrada nos testes laboratoriais seguiram os ditames como de ensino da psicologia, ou seja, sem novidade nas estruturas pedagógicas.

O ISOP caracteriza um novo tempo: se, antes, teoria e prática psicológica estavam subsumidos em outros campos, passaram a se apresentar em espaço próprio. Mencionamos anteriormente que os normalistas recebem grande carga de formação em psicologia. As Escolas Normais criaram seus próprios Gabinetes de Psicologia Experimental para ensino de técnicas psicológicas. Esta é, sem dúvida, a consolidação da Psicologia na Educação (Vilela, 2024, p. 4).

Esse novo tempo de psicologia se materializou somente na ampliação, de modo que a partir da consolidação dessa área do conhecimento a psicologia adentrou nos diversos cursos do país, com seus próprios laboratórios, uma demonstração do fortalecimento da psicologia como estratégia de formação. “Assim, nas Faculdades de Filosofia, são criadas cátedras de psicologia, voltadas principalmente para o curso de pedagogia, em diversas universidades no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais (Vilela, 2024, p. 5).

Outro avanço que a psicologia teve foi a partir de 1940 com a criação do Instituto Sedes Sapientiae, essa instituição possibilitou ampliar vários cursos de psicologia, entre eles a especialização. Essa propagação incentivou as instituições a oferecerem diversos cursos voltados para a psicologia. “Uma transformação ocorreu a partir dos anos de 1940,

quando começaram a aparecer cursos de especialização que, aos poucos, cresceram em número. Aqui, deve-se destacar os do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo, sob a direção de Madre Cristina (19161-997)” (Vilela, 2024, p. 5).

A propagação foi tão expressiva que ainda na década de 40 começaram a surgir várias associações de psicologia, objetivando promover cursos, debates e eventos relacionados às áreas do comportamento humano. Além disso, as associações construíram espaço de publicação, sobre os assuntos relacionados à psicologia, como periódicos específicos sobre o tema.

Acompanhando o processo, no mesmo período, na década de 1940, surgiram as primeiras associações e os primeiros periódicos de psicologia: em São Paulo, a Sociedade de Psicologia de São Paulo, e, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Psicotécnica, com seus periódicos, respectivamente Boletim de Psicologia e Arquivos Brasileiros de Psicotécnica. Em um país em que a transitoriedade marca inúmeras publicações acadêmicas, é importante destacar que essas duas revistas continuam a ser publicadas até hoje – os Arquivos, cujo nome passou a ser Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, atualmente denomina-se Arquivos Brasileiros de Psicologia (Vilela, 2024, p. 5).

O avanço da psicologia não para por aí, surgem novas instituições de psicologia, clínicas e espaços para atender as pessoas com diversas situações, como por exemplo, crianças, mulheres e adultos. Os trabalhadores desenvolvidos nesses espaços eram de orientação vocacional, aconselhamento, testes de inteligência entre outros. São exemplos da ampliação dos espaços no campo da psicologia, com a responsabilidade de atender as demandas vindas dos estabelecimentos de ensino, orientando sobre os diversos comportamentos dos alunos, pais entre outros.

Nesse ínterim surgem instituições dedicadas à prática psicológica, principalmente com crianças – as Clínicas de Orientação Infantil, como a criada por Durval Marcondes (1899-1981) em 1938 em São Paulo, e o Centro de Orientação Juvenil (COJ), criado por Helena Antipoff e Emilio Mira y López em 1946 como um órgão do Departamento Nacional da Criança, do Ministério de Educação e Saúde, no Rio de Janeiro (Vilela, 2024, p. 5).

A psicologia no Brasil avançou por várias instituições, em diversos lugares do país, atendendo um conjunto de demandas relacionadas aos diversos problemas, como comportamento educacional, orientação vocacional, entre outros. Até mesmo no campo jurídico essa área do conhecimento interferiu, possibilitando avaliar as situações dos

menores infratores, compreendendo a situação desses menores na internação como a saída desses infratores do Setor de Psicotécnica do Serviço de Assistência ao Menor (SAM).

Um outro espaço de prática profissional emergente nesse período é o que hoje denominamos como psicologia jurídica. Esse era o trabalho de Glória Quintela (1923-1989) no Setor de Psicotécnica do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), órgão do Ministério da Justiça, criado em 1941. Glória realizava testagem de menores levados para internação bem como avaliava a adequação de sua saída do SAM. Publicou muitos artigos sobre o tema na revista da instituição, Arquivo do Serviço de Assistência a Menores (Bulcão, 2006) (Vilela, 2024, p. 5).

O trabalho desenvolvido pelas instituições, professores e pessoas ligadas à psicologia possibilitaram construir uma disciplina consolidada no país, uma experiência de trabalho, no campo da orientação, aconselhamento, testes de diversas naturezas entre outras. Por outro lado, os trabalhos desenvolvidos impulsionaram a publicação de artigos importantes no campo da psicologia. O conjunto dessas experiências de trabalho possibilitou o reconhecimento dessa área do saber no país, a consolidação desse reconhecimento se materializou na solicitação pelo Ministério de Educação e Cultura para a Associação Brasileira de Psicotécnica uma minuta para regularizar a profissão.

Temos, então, na década de 1950, todas as condições pelas quais a história das ciências reconhece a existência de uma nova disciplina: associações e revistas próprias, pessoas que se reconhecem e são reconhecidas como praticantes da disciplina, professores que transmitem o novo saber, alunos interessados em nela se formar (Vidal, 2010). Não é, portanto, surpreendente que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) solicite à Associação Brasileira de Psicotécnica a minuta de um anteprojeto de lei que regulamentasse a profissão (Vilela, 2024, p. 5).

A trajetória da psicologia no Brasil, não pode esquecer a Igreja Católica, de modo que essa instituição no início da propagação da psicologia se posicionou contra as propostas da nova área do conhecimento, por compreender que desviava dos ditames ideológicos da igreja. Porém, a partir da década de 50, a Igreja Católica compreende a necessidade de fortalecer e ampliar os conhecimentos na área da psicologia, oferecendo cursos.

Nesse sentido, em março de 1953 ocorreu a criação do primeiro curso de graduação em Psicologia no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Além deste, outros três cursos foram criados em instituições católicas nesta década e no começo da seguinte: os da PUC-RS, em 1954, da Universidade Católica de Minas

Gerais (hoje, PUC-MG) em 1959 e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em 1962 (Vilela, 2024, p. 7).

O surgimento de associações, professores, alunos e outros movimentos ligados à psicologia possibilitaram a promulgação da Lei n. 4.119/1962, que regulamenta o curso e a profissão da psicologia, um reconhecimento de todo o trabalho historicamente desenvolvido nesta área do conhecimento. Pode se dizer que a psicologia ganha novo campo, saindo dos testes laboratoriais, com uma concepção fechada, restrita, para uma prática mais humana, de orientação profissional pautado nos direitos do ser humano, reconhecendo a desigualdade entre as classes, direcionando as práticas para atender a todos independentemente da situação social.

PSICOLOGIA ESCOLAR E O AJUSTE DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE

Peretta et al (2014), analisaram que a história da psicologia escolar no Brasil está atrelada a psicologia médica, uma prática reducionista, com a função de adaptar o indivíduo ao convívio social, uma postura descontextualizada da realidade, uma proposta fechada, na própria profissão. Essa proposta de trabalho segundo os autores citados ronda por volta de 1940, se fortalecendo nos espaços escolares a partir da década de 60. Essa metodologia de trabalho está ancorada na concepção educacional da época, que visava orientar os indivíduos para seguir as normas de conduta sociais.

Desde 1940 a Psicologia Escolar vem se constituindo como prática profissional no Brasil (Meira, 2000), mas foi a partir da década de 1960 que ela se fez mais presente nas escolas. Nessa época a atuação do psicólogo estava fundamentada em perspectivas psicológicas adaptacionistas e individualizantes, baseadas no modelo médico de atuação, o qual pressupunha o ajuste dos indivíduos ao meio em que viviam, descontextualizando-os de seus processos históricos de constituição (Peretta, 2014, p. 2).

Essa proposta de atuação profissional da psicologia escolar estava pautada na concepção de educação do período, nesse contexto a educação estava voltada para assumir os compromissos com a ideologia de um Estado centralizador, fechado nos interesses da classe detentora do poder econômico. Uma proposta distante da maioria da população, seguindo os ditames do modo de produção do capital, fortalecendo os interesses da elite. Essa postura começou a mudar a partir da década de 70, quando a

psicologia escolar iniciou ampliar a metodologia de atuação, compreendendo que a realidade dos indivíduos precisa atender às condições reais da sociedade.

Nessa mesma década iniciou-se um movimento de crítica e revisão dos fundamentos epistemológicos da Psicologia, a qual passou de uma ciência calcada na culpabilização do aluno pelo fracasso escolar para uma ciência que investiga as relações dialéticas entre indivíduo e sociedade, buscando interpretar a realidade como multideterminada (Peretta, 2014, p. 2).

A psicologia escolar a partir da década de 70 dá um salto fundamental no processo de atuação, passando de uma prática de adaptação dos indivíduos para uma metodologia comprometida com a realidade dos indivíduos, buscando compreender o ser humano numa concepção ampla, envolvendo os aspectos socioeconômico, político e cultural. Em outros termos, uma metodologia de trabalho contextualizado no processo real da existência humana.

O percurso da Psicologia Escolar no Brasil foi revisado, sobretudo, a partir das contribuições de Maria Helena Souza Pato (1981, 1990), pioneira em questionar o lugar da Psicologia como ciência a serviço da ideologia dominante. Suas ideias colaboraram para incitar no psicólogo a compreensão das relações entre escola e sociedade no contexto da formação social capitalista e seus efeitos na prática escolar (Peretta, 2014, p. 2).

O trabalho de Maria Helena Pato foi de fundamental importância para o campo da psicologia escolar, de modo que demonstrou que a psicologia não pode ficar restrita numa concepção fechada, direcionada para atender os ditames da classe detentora do poder econômico. A psicologia como área do conhecimento precisa assumir o compromisso como ciência a favor de todos, onde os trabalhos desenvolvidos possam estar a serviço principalmente dos mais necessitados, independentemente de sua condição social. “Neste sentido, resgatam o percurso histórico da Psicologia Escolar e questionam os modos de atuação profissional que ainda carregam o ranço da culpabilização de alunos, pais e professores pelo fracasso escolar e da medicalização dos problemas escolares” (Peretta, 2014, p. 2).

A partir da década de 1970, os trabalhos desenvolvidos por Marilene Proença R. Souza (2000, 2007), Helenita R. Tanamachi (1992, 2003), Adriana M. Machado (2000, 2008), Marisa E. M. Meira (2000), Ana M. B. Bock (2000, 2007), entre outros seguiram uma concepção humana, centrado na configuração sócio-histórica da existência dos

homens e mulheres. Uma proposta de trabalho relacionado com a diversidade dos indivíduos, compreendendo que os homens e mulheres são seres complexos, sem identificação de um para com outro, reconhecendo que cada ser é único no processo de construção da formação.

Para Souza (2009), a psicologia escolar já passou por um período de crítica, aonde essa estava voltada para atender as ideologias da classe dominante, tornando-se uma área do conhecimento fechado, com reduzida contribuição para a sociedade. Para o autor citado, o momento agora é de superação, de avanços nos trabalhos da psicologia escolar, onde essa possa assumir os compromissos de uma atuação profissional responsável para melhorar as condições educacionais dos indivíduos que frequentam a escola.

Buscar novos modos de fazer é instrumentalizarmo-nos para o desafio de desbravar a Educação e suas dificuldades atuais; é encontrar no arcabouço de conhecimentos da Psicologia recursos que contribuam para que os processos de ensino-aprendizagem sejam emancipatórios para todos os sujeitos nele envolvidos (Peretta, 2014, p. 2).

É nessa concepção que a psicologia iniciou sua atuação nas últimas décadas, demonstrando que essa área do conhecimento vem passando por novas configurações, encontrando atuações que realmente estejam engajadas como o processo de ensino-aprendizagem numa concepção libertadora, onde os indivíduos se reconheçam como ser humano em processo de transformação, capaz de construir sua própria identidade, a partir da sua história, das experiências construídas ao longo do processo de sua existência.

No contexto da psicologia escolar é importante ressaltar as principais leis que asseguram o direito de atendimento educacional das crianças e adolescentes no espaço da escola. As leis que garantem o direito de estudar na rede regular de ensino estão amparadas desde a Constituição Federal de 1988. Essa por sua vez menciona que no artigo 205 o direito de educação a todas as pessoas, garantindo o pleno desenvolvimento do ser humano, no sentido de exercer a cidadania a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Outra lei que garante o direito de atendimento educacional é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que torna o ensino obrigatório, incentivando os pais e responsáveis a matricularem as crianças e adolescentes na rede regular de ensino. Essa lei é de fundamental importância, visto que reforça a necessidade de garantir a educação para todos e seu pleno desenvolvimento.

Para ampliar o fortalecimento do direito da pessoa nos espaços escolares, foi promulgado os Decretos de n.º 186/2008 e o Decreto n.º 6.949/2009. Essas regulamentações definem as pessoas com necessidade, ao mesmo tempo assegura os direitos da pessoa com deficiência.

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para promover a recuperação física, cognitiva e psicológica, inclusive mediante a provisão de serviços de proteção, a reabilitação e a reinserção social de pessoas com deficiência que forem vítimas de qualquer forma de exploração, violência ou abuso (Brasil, 2009).

São normas que estão articuladas diretamente com a profissão do psicólogo escolar, de modo que são leis que garantem o acesso e atendimento da pessoa caso necessite de alguma orientação. O psicólogo escolar precisa compreender as leis que amparam o direito de frequentar a escola, ao mesmo tempo garantir o exercício da cidadania, o desenvolvimento para o trabalho, o respeito e dignidade humana (Silva, 2016).

A Lei n.º 13.146/2015 assegura a inclusão da pessoa com deficiência, tornou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, objetivando “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015). Uma lei de fundamental importância para as pessoas com deficiências, que encontram nessa lei os direitos de participar com dignidade do espaço escolar. Mencionar as leis que garantem os direitos de educação para todos no Estado brasileiro, não pode deixar de analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número, 9.394/96. Essa por sua vez depois da Constituição Federal de 1988, tornou-se a referência para impulsionar outras normas legais no que se refere os direitos da pessoa com deficiência, proporcionando a inclusão dos educandos/as na rede regular de ensino, ao mesmo tempo garantindo outros elementos necessários para impulsionar a inclusão, como atendimento especializados quando necessário, a construção de projeto escolar que atenda a comunidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013) exibem os princípios e modalidades da educação como a organização curricular. A educação básica é compreendida em etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. São também modalidades da educação básica: educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e tecnológica, educação básica do campo, educação escolar indígena, educação a distância e educação escolar

quilombola. Além disso, são retratados também outros elementos, tais como a regulamentação do PPP, o regimento escolar e a avaliação da aprendizagem (Silva, 2016, p. 77).

Essas e outras leis são normas legais que amparam o direito de a pessoa com deficiência franquear a sala de aula na rede pública de ensino de forma regular. É importante mencionar a legislação que garante a educação da pessoa com deficiência para que os profissionais da educação, como o psicólogo escolar compreenda e desenvolva atividade que possa contribuir para o processo de inclusão dos educandos/as nos espaços escolares.

Abaixo apresento as principais leis analisadas que garantem o direito de frequentar a escola com respeito e dignidade.

QUADRO 1.

LEI	ANO	FINALIDADE
Constituição Federal	1988	Direito de educação para todos
Instituto da Criança e da Adolescente lei nº 8.069	1990	Define a criança e ao adolescente como pessoa de direito.
Decreto legislativo n.º 186/2008 e promulgação pelo Decreto n.º 6.949/2009.	2008 e 2009	Esses decretos garante os direitos da pessoa com deficiência, fortalecendo o respeito e o tratamento com dignidade.
Lei n.º 13.146/2015	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
Promulgada a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. 9394/96	1996	Direito à educação especial na rede regular de ensino
13.935	2019	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.
Resolução CFP N.º 013/2007	2007	Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.

Fonte: Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos de analisar a psicologia educacional como instrumento de poder no contexto das políticas públicas educacionais, demonstrando que essa área do conhecimento já assumiu concepção em prol da classe detentora do poder econômico, onde os indivíduos eram ajustados aos convívios da sociedade, uma estratégia de culpar pelos erros cometidos. Essa postura está atrelada a classe burguesa, que possui o poder

material, e ao mesmo tempo domina as ideologias da sociedade. A partir da década de 70 a concepção de uma psicologia em prol da classe dominante, toma novos rumos, resultados de muitas discussões de pesquisadores, associações, que impulsionaram o fortalecimento e ampliação de uma concepção de psicologia educacional mais ampla, pautada no contexto da sociedade, onde os indivíduos não são mais os culpados pelos erros, mas um conjunto de fatores socioeconômicos, políticos e culturais.

A psicologia educacional ainda enfrenta graves desafios, resultado do contexto histórico, porém, já houve avanços significativos na concepção dessa área do conhecimento, produto dos cursos de formações que reconheceram a necessidade de construir currículo para a formação dos psicólogos educacionais, considerando a realidade social dos indivíduos, demonstrando que os problemas escolares não são isolados, mas inter-relacionados, por isso as soluções também requer trabalho coletivo, em prol de uma formação mais humana.

Para finalizar, trouxemos uma imagem que relata sobre as relações de poder, descrito em trecho da música “Toda Forma de Poder” da banda, Engenheiros do Hawaii. A música foi lançada em 1986, logo após o golpe de estado, onde o poder foi centrado nas mãos dos militares, provocando sérias consequências para a educação, para o campo da psicologia e principalmente para todos os cidadãos brasileiros. A ditadura militar, ocorreu entre 1964 e 1985. Ou seja, no ano seguinte, os cantores usaram a banda que também na época era usado para expressar seu sentimento as massas, como uma forma de desabafo que criticaram a manipulação do poder, à ignorância política e ao perigo de repetir erros históricos. Alertando sobre como os regimes autoritários e fascistas podem seduzir as massas e como a história pode ser distorcida por aqueles que dominam. Além disso, critica a alienação e a conformidade, mostrando que muitas vezes as pessoas seguem sem perceber que algo está fundamentalmente errado.

Para finalizar, não podemos esquecer a referência da banda aos nomes de Fidel e Pinochet, dois líderes historicamente opostos. Fidel Castro, ex-presidente de Cuba, foi um militante ativo contra o golpe de Estado, utilizando, na época, as emissoras de rádio, como meio de comunicação para divulgar suas ideias. Por outra via, Augusto Pinochet, general do exército chileno, liderou um golpe militar, instaurando uma ditadura que marcou profundamente o Chile, durante a Guerra Fria.

Imagem 1: Toda Forma de Poder - Engenheiros do Hawaii - LETRAS.MUS.BR

Eu presto atenção no que eles dizem
Mas eles não dizem nada (yeah, yeah)
Fidel e Pinochet tiram sarro de você
Que não faz nada (yeah, yeah)
E eu começo a achar normal que algum
boçal
Atire bombas na embaixada (yeah, yeah)
(Uou, uou)

Se tudo passa, talvez você passe por aqui
E me faça esquecer tudo que eu vi
Se tudo passa, talvez você passe por aqui
E me faça esquecer

Toda forma de poder
É uma forma de morrer por nada (yeah,
yeah)
Toda forma de conduta
Se transforma numa luta armada (uou, uou)
A história se repete
Mas a força deixa a história mal contada

Tada, tada, tada, tada
Tada, tada, tada, tada
Tada, tada, tada, oh

Se tudo passa, talvez você passe por aqui
E me faça esquecer tudo que eu vi
Se tudo passa, talvez você passe por aqui
E me faça esquecer

E o fascismo é fascinante
E deixa gente ignorante fascinada (uou, oh)
É tão fácil ir adiante e se esquecer
Que a coisa toda tá errada (uou, yeah)
Eu presto atenção no que eles dizem
Mas eles não dizem nada

Nada, nada, nada, nada
Nada, nada, nada, nada
Nada, nada, nada, não

Se tudo passa, talvez você passe por aqui
E me faça esquecer tudo que eu vi
Se tudo passa, talvez você passe por aqui
E me faça esquecer

Se tudo passa, talvez você passe por aqui
E me faça esquecer tudo que eu vi
Se tudo passa, talvez você passe por aqui
E me faça esquecer (oh)

Yeah, oh

(Engenheiros Do Hawaii, 1986).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988, DF.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. Brasília, DF.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasil (2009). Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.
- BRIGATTI NATALINO. **Educação e Testes Psicológicos: Uma Visão Crítico-reflexiva**. Fórum educ Rio de Janeiro, 12(4)74-85. out./dez. 1988.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF.

JACÓ-Vilela, Ana Maria. **A Psicologia no Brasil: Formação e Institucionalização.** Psicologia: Ciência e Profissão 2024 v44nsp1, e287307, 1-10. Disponível em: www.scielo.br/pcp. Acessado em: 14/01/2025.

PERETTA, Anabela Almeida Costa e Santos et al. **O caminho se faz ao caminhar: atuações em Psicologia Escolar.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 18, Número 2, maio/agosto de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/sQsP3pTJkRT6hhdZmkrtMWr/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 14/01/2025.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/download/2336/1441>. Acessado em: 29/12/2024.

SOUZA, M.P.R. **Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas.** Revista Psicologia Escolar e Educacional, 2009, 13(1), 179-182.

SILVA, Tainá Dal Bosco. **Psicologia Escolar e Atendimento Educacional Especializado: conquistas e limitações presentes na legislação.** 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiás, 2016.

Submissão: março de 2025. Aceite: abril de 2025. Publicação: julho de 2025.